

# **PACHECO, Rafael (org.). 2020. Fica na aldeia, parente – povos indígenas e a pandemia de covid-19. São Paulo: Editora Primata. 332pp.**

GUILHERME RAMOS CARDOSO 

Universidade Estadual de Campinas | Campinas, SP, Brasil  
grcardoso@gmail.com

FLAVIA DE FREITAS BERTO 

Unidade Integrada de Educação Escolar Indígena Pape Japoharipa 'Yruhu  
| Terra Indígena Caru, Maranhão, Brasil  
flaviafberto@gmail.com

**DOI** 10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe192018

O portal Emergência Indígena (APIB, 2021) informa que, até 29 de outubro de 2021, 1.227 indígenas de 162 povos haviam perdido a vida devido à Covid-19, e 603.262 haviam sido contaminados. O boletim epidemiológico do site da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (2021a) indica, na mesma data, 832 óbitos e 54593 casos confirmados, sem indicar o número de povos afetados. De acordo com os dados do Ministério da Saúde (2021b), em 29 de outubro de 2021, já haviam sido confirmados e registrados 21.793.401 de brasileiros contaminados pela Covid-19, dos quais 607.462 perderam a vida. Mesmo os números, incapazes de expressar a experiência de luto e sofrimento dos doentes e das famílias enlutadas, são avassaladores. A coletânea de artigos “Fica na aldeia, parente” foi publicada em 2020 e alertava para o risco de que a pandemia se agravasse. Até o fim de 2020, 199954 pessoas morreram devido à Covid-19 no Brasil, de acordo com os dados do Portal de Transparência dos Cartórios de Registro Civil do Brasil (ARPEN, 2021). Entre 1º de janeiro e 29 de outubro de 2021, esse número chegou a 394503 vidas.

Além dos alertas das consequências da pandemia para os povos indígenas, cujas vulnerabilidades sociais, epidemiológicas e sanitárias são apresentadas em todos os textos, o livro oferece algumas interpretações sobre o seu significado. As interpretações, sobretudo dos textos com autoria e coautoria indígena, recuperam memórias de outras epidemias, mas também indicam os caminhos que nos trouxeram até aqui e quais caminhos poderiam ser seguidos, não apenas pelos povos indígenas, mas por todos. O livro conta com textos sobre experiências de comunidades indígenas de todas as regiões do país. Em comum, esses textos chamam atenção para a relação entre o surgimento da Covid-19 e um desequilíbrio cósmico, sobre o qual muitos povos indígenas têm falado, porém poucos têm tido disposição para



e192018

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe192018>

ouvir. Os textos destacam como o corpo, a saúde e a terra não podem ser considerados separadamente, não havendo corpos saudáveis sem a terra ou em uma terra doente.

O livro apresenta 11 capítulos de gêneros variados, como relatos, poema, entrevista, ensaios, artigos e transcrição de fala pública. Todos foram produzidos em um momento em que a Covid-19 avançava sobre os povos indígenas e já começava a deixar um rastro de luto, com o qual ainda todos estamos convivendo. Os textos também são marcados por “alianças epistemológicas e políticas entre pesquisadorx, artistas e ativistas indígenas e não-indígenas parceirxs” (: 17), com objetivo de promover reflexões e ações para o enfrentamento da situação de emergência que havia se instalado no país. Produzido com o apoio do Centro de Estudos Ameríndios, da Universidade de São Paulo, o livro é resultado de uma cooperação em rede e conta com autores filiados a instituições científicas, de organizações da sociedade civil e de comunidades indígenas de todas as regiões do Brasil.

Os capítulos têm em comum um diagnóstico de que as ações do Estado foram insuficientes e relatam cobranças de que essas ações sejam mais efetivas, principalmente pelo governo federal, e destacam o papel da organização autônoma das comunidades, das organizações indígenas e dos seus parceiros. Fica claro, por meio das experiências relatadas, que a vulnerabilidade dos povos indígenas à Covid-19 não se deve essencialmente a uma vulnerabilidade biológica ou cultural, mas antes à falta de estrutura, equipamentos e pessoal para atendimento de saúde e a questões fundiárias, como os territórios desprotegidos ou nem mesmo demarcados, que impossibilitam o isolamento e a manutenção de um modo de vida autônomo pelas comunidades.

A frase de abertura do texto de Jaider Esbell, “Seguir é possível por aqui”, sintetiza aquilo que os artigos escritos por indígenas ou em colaboração com indígenas destacam sobre a chegada da pandemia nas aldeias e comunidades: “Nada pode mesmo ser feito quando a mudança chega repentina. Chega repentina quando não escutamos os seguidos avisos dos antecessores em seus ofícios de alertar” (: 25). Mesmo que a pandemia tenha pegado a todos de surpresa, ao menos na forma na qual se apresentou, o fato de que algo grave e que tivesse os mesmos efeitos ocorreria já era previsto. O autor lembra, porém, que isso não diminui a dor do luto, difícil de viver e de descrever. O luto se estende aos não humanos, e Jaider Esbell questiona quem “chorou e chora a morte daquele rio que nem se soube ou nome?” ou das “não pessoas que foram varridas completas para o mundo dos rejeitos” (: 26).

Os “estados de morte”, nos quais a pandemia da Covid-19 colocou muitos em contato, já estavam presentes e invisíveis para aqueles que os ignoraram e que também não ouviram os avisos das consequências do desequilíbrio cósmico. Jaider Esbell lembra que mesmo assim os povos indígenas não sucumbiram e resistem, pois nas resistências são os melhores e “ninguém vai além sem nós” (: 27). Ele alerta, então, para os riscos de diminuirmos o nosso mundo, de matar chances que poderiam ser tentadas (: 29), pois “toda ordem uma hora falha, e que falhas criam fendas que levam a um outro lugar” (: 30).

Em “Retomar o *teko* – visões kaiowa e guarani de uma pandemia”, Eliel Benites e Tatiane Klein descrevem a chegada da pandemia nas terras de ocupação Guarani e Kaiowa no sul de Mato Grosso do Sul e as estratégias para prevenção e tratamento da Covid-19. O primeiro caso da doença foi registrado em 13 de maio de 2020 na Reserva Indígena de

Dourados e no final de julho de 2020 já eram 270 casos entre os Terena, Kaiowa e Guarani da região. A *Aty Guassu*, Assembleia Guarani Kaiowa, em carta de 16 de maio de 2020, afirmou que estavam “diante de mais um massacre” (: 38). O texto destaca a continuidade entre a crise causada pela pandemia de Covid-19 e as violências sofridas pelos povos indígenas da região, ambas agravadas pela sua situação fundiária, sem territórios protegidos ou confinados em territórios muito menores do que o necessário para viverem, e pela dificuldade de acesso a serviços públicos, principalmente nas retomadas e acampamentos. A organização das próprias comunidades foi fundamental para a instalação de barreiras sanitárias e a comunicação dos riscos da pandemia e formas de prevenção.

O capítulo descreve ainda a mobilização dos rezadores para compreender a doença e enfrentá-la. Em Guyra Kambi’y, por exemplo, à barreira sanitária e o uso de máscaras e álcool em geral foram acrescentados o urucum e remédios tradicionais. Na aldeia Jaguapiru, as rezas diárias e remédios tradicionais foram aliados ao uso da máscara. As epidemias não são desconhecidas dos Kaiowa. Elas têm origem nas “desordens sociais e ambientais – que envolvem humanos e não humanos” e seu modo de operar é conhecido. Porém, os Kaiowa e Guarani já não podem mais se manter em movimento como no passado. O *teko joja*, “jeito harmonioso de ser” (: 53), que depende de um equilíbrio entre “um conjunto de seres em movimento”, que mantinha os donos das doenças nos seus lugares, não é mais possível após a chegada dos não indígenas. As consequências desse desequilíbrio cósmico, ambiental e social, bem como a relação entre a saúde dos corpos e a “natureza”, têm sido, segundo os autores, alertados pelos povos indígenas, porém, os não indígenas não têm mostrado disposição para ouvir essas “respostas da terra” (: 54).

O texto “Está se cumprindo uma palavra dia após dia...”, de Claudemir da Silva e Dival da Silva é o resultado de uma entrevista da cientista social Luana Maria de Souza com o cacique e o vice-cacique da comunidade Xetá da Terra Indígena São Jerônimo da Serra, no Paraná. Em texto que segue a entrevista, Luana de Souza apresenta algumas informações sobre o povo Xetá e sua história. Quando a entrevista foi realizada havia passado apenas dois meses desde o início da pandemia e a principal iniciativa para o isolamento da comunidade havia sido uma “ordem” da Funai “para os caciques não deixarem os indígenas saírem” (: 69). Logo medidas como uso de máscara, usada foras das aldeias, passaram a fazer parte do cotidiano. Claudemir relata a preocupação com os parentes que moram na cidade e estavam impedidos de ir para a aldeia. Dival interpreta a pandemia de um ponto de vista escatológico, pois estaríamos nos aproximando do arrebatamento e a palavra de Deus estaria se cumprindo. Claudemir considera que os primeiros contatos com os não indígenas haviam sido ainda piores do que a pandemia, pois suas consequências eram mais difíceis de combater. A proximidade das cidades, no entanto, dificulta o isolamento.

Ambos lembram da importância das pessoas idosas para a comunidade. Essas pessoas são guardiãs dos conhecimentos do seu povo, como os remédios do mato, “são bibliotecas ambulantes”, “historiadores” (: 74). São também aqueles que orientam e dão força. Dival relata que as pessoas idosas preparam os mais novos. Seu pai, por exemplo, já o havia preparado para “esses tempos ruins que estão acontecendo hoje” (: 76). Porém, aconselham

que, apesar de acreditarem que o coronavírus tenha vindo para ficar e que “o povo vai ter que se acostumar” (: 79), todos devem se proteger para não adoecer.

O capítulo “Modos de vida kaingang no ùri e os desafios perante a pandemia”, de Jaciele Nyg Kuitá Fideles e Paola Andrade Gibram, descrevem como para os Kaingang a saúde e o território não podem ser considerados isoladamente e relatam como a Covid-19 vinha sendo enfrentada com a organização autônoma da comunidade.

Segundo as autoras, “os corpos indígenas são parte de seu território, seus territórios são parte dos seus corpos” (: 91). O corpo(*há*), está em relação com seu ambiente de origem, onde seu umbigo foi enterrado, criando uma ligação do seu espírito *kãnhvég* com a terra (*ga*). As plantas também possuem espíritos, *tãn’*, donos com os quais se deve construir relações de respeito. Os animais possuem *jagré*, mestres que também são protetores especiais dos humanos. Essa relação com a terra e os seres que nela habitam, assim como as redes relacionais dos coletivos Kaingang, sofreram grandes transformações ao longo da história desse povo, marcada pela violência dos não indígenas e a redução dos seus territórios.

A situação dos territórios obriga muitos indígenas a trabalhar fora deles, na colheita de insumos agrícolas, em grandes frigoríficos e a na venda de artesanato nas cidades. Os Kaingang, então, são vulneráveis pela dificuldade de se isolar e pelo prejuízo com a interrupção de atividades econômicas nas cidades, das quais dependem. O texto destaca a mobilização das organizações e redes indígenas “diante da ausência de medidas por parte do Estado” (: 100). Entre as iniciativas destacam a da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), redes formadas por comunidades indígenas dos povos Kaingang, Xokleng, Guarani, Xetá e Charrua da região Sul e membros da Arpin Sul, regional da APIB, no Paraná. Localmente, são descritas as ações da Organização de Juventude Indígena Kaingang *Ne ñ Ga* (OJIK *Ne ñ Ga*), da Terra Indígena Apucarantina.

Cristine Tukuá contribui com dois textos para o livro. Um deles é o poema “Sonhar para continuar resistindo”, sobre a resistência dos povos indígenas em “mais de 520 anos de golpes” (: 119), com suas lutas, rezas, cantos, plantas e sonhos. No capítulo “A resistência do bem-viver”, a autora demonstra o conceito de Teko Porã. O conceito expressa, segundo a autora, uma ideia presente nos saberes da floresta, uma “metaciência” (: 198), que dialoga com a potência criativa de seres vegetais, animais e humanos. De acordo com esse saber, há um equilíbrio na natureza, em uma teia na qual tudo está ligado, como em um único organismo. Estaríamos vivendo então uma crise de relação, pois os humanos se separaram dessa teia, rompendo o equilíbrio.

Para os Guarani, o *tekó*, “modo de ser”, só pode existir no *tekoá*, “o lugar de ser”. O Viver Melhor, que a autora define como a busca por bens materiais e confortos leva ao Mal Viver, definido como o “consumo desenfreado e na esquisita mania de servidão voluntária” (: 200). Os povos indígenas, mesmo diante de abusos e agressões sofridas há séculos, praticam o bem-viver, que pode ser “aplicado nas cidades” (: 200) e praticado “em suas múltiplas faces” (: 201), nas palavras da autora. A situação de desequilíbrio poderia, desse modo, ser revertida com as práticas educativas do Tekó Porã e a atenção ao sentido do bem-viver.

Tiago Nhandewa, em “Perspectivas, limitações e os desafios do “bem-viver” em tempos de pandemia na comunidade guarani-nhandewa da aldeia Nimuendaju” analisa como

os Guarani-Nhandewa do Tekoá Nimuendaju, no estado de São Paulo, estavam se prevenindo da Covid-19 e como “os conceitos culturais indígenas ajudam na prevenção de pandemias” (: 127). O autor questiona se “seria possível o *tekó porã* em tempos de pandemia?” (: 129). O *tekó porã*, o “bem-viver”, está ligado à forma de vida dos Guarani-Nhandewa e seus *tekoá*, territórios, ligação fundamental para sua identidade e para seu futuro. São apresentadas, então, a história dos Guarani Nhandewa da Terra Indígena Araribá, onde está localizado o Tekoá Nimuendaju, e sua memória sobre doenças e epidemias em sua busca pela Terra Sem Mal. A memória das doenças está associada principalmente à interrupção das migrações e ao “confinamento” na Reserva Araribá no início do século XX (: 132).

O autor relata que, quando as primeiras notícias sobre a pandemia chegaram à comunidade, foram tomadas medidas em conjunto pelas lideranças e profissionais de saúde para controle de acesso à aldeia, do fluxo entre a aldeia e a cidade e de aglomerações nas áreas comuns, como campo de futebol, escola, unidade básica de saúde, centro cultural e igreja. Atividades tradicionais, já praticadas pela comunidade com distanciamento, entre familiares, foram estimuladas, como a pesca, caça, confecção de artesanato e atividades na roça. No texto ainda são descritos a pesquisa e o debate que envolveram os especialistas guarani-nhandewa também de outras aldeias, os Nhaneramõi kwery e Nhandédjaryi kwery, líderes espirituais que se reuniram para explicar a Covid-19. Esses especialistas explicam a origem da doença e orientam como se prevenir delas, seja com mensagens de texto ou presencialmente nas Casas de Reza.

O texto destaca que, ao mesmo tempo em que os Guarani-Nhandewa detêm o conhecimento necessário para enfrentar mais uma epidemia, é urgente a garantia e proteção dos territórios, pois é neles que o bem-viver é possível e os ensinamentos dos seus ancestrais podem ser seguidos.

Cristiane Gomes Julião, no capítulo “A pandemia do egoísmo”, descreve como seu povo, os Pankararu do Sertão de Itaparica em Pernambuco, vinham enfrentando a pandemia. A autora relata que, apesar do isolamento coletivo e do consenso na comunidade sobre a gravidade da Covid-19, a pandemia “é como uma lupa, que cumpre o papel de amplificar mazelas, ou desigualdades sociais já existentes” (: 175). Entre essas mazelas estão a atenção básica de saúde “capenga” (: 174), a falta de investimento no atendimento de média e alta complexidade, questões ambientais, educacionais, de segurança, iniciativas legislativas contrárias aos direitos indígenas e a falta de investimentos para enfrentamento da pandemia. A autora destaca que a tentativa de “controlar todos os tipos de vida em razão da manutenção da concentração de poder econômico e bélico” (: 176), as mudanças climáticas, o egoísmo e a falta de importância dada ao equilíbrio ambiental são mazelas enfrentadas junto à pandemia. Os anciãos, “que têm as marcas na memória e no corpo dessa resistência que somos” (: 178), orientam para que seu povo mantenha o isolamento e as orações.

No texto, é defendido que os modos de vidas indígenas podem contribuir para o enfrentamento da pandemia e de outras ameaças, a partir da ideia de que “o princípio geral da cosmologia indígena” (: 182) é o de que as lutas são coletivas, um bem-viver coletivo. O movimento indígena propõe, desse modo, a ação coletiva, baseada na solidariedade. A

solidariedade, então compreendida a partir da interdependência entre todos e o ambiente, é um caminho para enfrentamento da pandemia.

Além dos textos escritos por autores indígenas ou em parceria com autores indígenas, a coletânea inclui três textos de autores não indígenas. Em “Emergência sanitária, política e morte – omissões em saúde indígena no Amazonas e Alto Rio Negro”, Danilo Paiva Ramos argumenta que o crescimento de casos de Covid-19 entre os povos indígenas no Brasil, e em especial no Amazonas, é consequência de “omissões e violações de direitos humanos e sociais” (: 214). O autor apresenta um histórico de ações do governo federal, comparando-o às recomendações do Ministério Público Federal diante do risco de “contágio e genocídio da população indígena pela epidemia de Covid-19” (: 217), apontando uma “atitude deliberada de expor a população indígena” justamente a esse risco (: 218). Apesar da pressão do Ministério Público Federal e de organizações indígenas e indigenistas, haveria a concretização de um “crime contra a humanidade” (: 224), como resultado de uma “necropolítica” levada a cabo pelos órgãos do governo federal.

O artigo destaca a situação dos povos indígenas no Amazonas. O estado possui a maior população indígena do Brasil e registrava, na época da escrita do artigo, o maior número de mortes entre essa população. Um dos obstáculos para o enfrentamento da pandemia é justamente a subnotificação de casos entre a população indígena, sendo que os dados oficiais são complementados com levantamentos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). As terras indígenas no Amazonas também apresentam níveis altos de vulnerabilidade, com uma rede de atendimento de saúde frágil, falta de equipamentos, estrutura e pessoal. O texto destaca ainda a vulnerabilidade dos povos indígenas de recente contato e isolados na região do Alto Rio Negro, entre eles os Hupd’äh e Yuhupdêh.

O capítulo de Sofia Mendonça, “O impacto da pandemia na vida indígena”, compara a situação de “impotência, isolamento, desespero, perda de noção da vida, do trabalho, da família, dos afetos” (: 251) vivida pelos povos indígenas “desde o tempo dos primeiros viajantes e colonizadores” (: 251) com uma experiência que teria se universalizado com a pandemia. A autora convida os leitores a escutar as leituras dos povos indígenas sobre a pandemia e observar suas estratégias para enfrentá-la, pois se a pandemia está sendo vivenciada por muitos como um acontecimento absolutamente inédito, para os povos indígenas epidemias e crises sanitárias fizeram parte do seu passado recente ou ainda faziam parte do presente quando a Covid-19 surgiu.

A autora aponta ações necessárias para prevenção baseadas no diálogo e cooperação entre organizações indígenas e não indígenas, além de uma ação mais contundente do poder público, como a criação de condições para o isolamento social e a implementação de uma estratégia de comunicação clara. O modo de vida nas aldeias, com o compartilhamento de utensílios e objetos, e de acordo com um “pensamento da vida coletiva e comunal” (: 257), é indicado no texto como um fator que pode facilitar a transmissão de doenças infecciosas. Por outro lado, há também nos pensamentos indígenas teorias sobre a transmissão das doenças e estratégias espirituais e rituais que devem ser aliadas às outras medidas sanitárias.

Diante da fragilidade do sistema de saúde do Brasil, ainda mais grave nas regiões rurais e de difícil acesso, as pressões sobre os territórios indígenas, com invasões e conflitos, e a vulnerabilidade epidemiológica dos povos indígenas, o risco apresentado pela pandemia é, portanto, o do genocídio (: 260).

O capítulo “A vulnerabilidade socioambiental dos povos indígenas no Brasil à Covid-19”, de Antonio Oviedo, Tiago Moreira dos Santos, Ubirajara Oliveira, Britaldo Soares Filho, Silvio Carlos, João Ricardo Rampinelli Alves e Alex Piaç, apresentam um estudo sobre vulnerabilidade dos povos indígenas à Covid-19, do ponto de vista epidemiológico e social, a partir da situação das terras indígenas. Os autores propõem um modelo que permita a priorização de áreas para medidas de prevenção e tratamento da Covid-19, considerando os Polos Base dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas e as Terras Indígenas.

O estudo aponta que entre os fatores a serem considerados na avaliação da vulnerabilidade dos povos indígenas está a proximidade das Terras Indígenas a centros urbanos com níveis altos de transmissão da Covid-19 e dos riscos para os indígenas que vivem nesses locais. Como destacado pelos outros textos do livro, a vulnerabilidade territorial também foi indicada pelo estudo como fator a ser levado em conta na prevenção à transmissão da Covid-19. Outros fatores indicados são a carência de infraestrutura para atendimento à saúde e saneamento nas terras indígenas ou nos municípios onde elas estão localizadas, o perfil demográfico dos povos indígenas, as invasões aos territórios e o “esvaziamento de políticas de proteção” (: 284) aos povos isolados e de recente contato, e a demora na elaboração e implementação de Plano de Contingência. Por fim, os autores destacam o papel que os Polos Base e Casas de Saúde Indígena poderiam ter para a implementação de uma estratégia de isolamento social, além de medidas para o isolamento de casos suspeitos nas aldeias, quarentena de agentes públicos que executam serviços essenciais nas comunidades indígenas, dentro ou fora das Terras Indígenas.

Uma ausência significativa, entretanto, é a vulnerabilidade fora das Terras Indígenas. Segundo o Censo 2010 (IBGE, 2021), 36% da população indígena do país estão nas áreas urbanas. Se os dados mostram que as políticas voltadas ao combate à pandemia entre a população indígena foram incapazes de evitar que este fosse o grupo mais atingido na população brasileira, para os indígenas em áreas urbanas há o desafio da invisibilidade e da subnotificação.

Os artigos do livro oferecem diversas tentativas de interpretação e diagnóstico da pandemia que surgia, das estratégias adotadas para seu enfrentamento e caminhos para a ação. Apesar do aparente ineditismo da situação, os textos têm em comum uma perspectiva de que um acontecimento dessa magnitude não é totalmente inesperado, dada a relação que muitos humanos têm estabelecido com a terra e os demais seres que vivem nela. Para os povos indígenas, epidemias trágicas não são novidade, muitos deles as testemunharam pessoalmente e os demais as têm na memória. Mesmo os textos escritos por autores não indígenas demonstram uma continuidade de vulnerabilidades e violências, que se tornam mais agudas com a pandemia, porém não surgem dela. Contudo, não se trata de uma perspectiva fatalista. São indicados alguns caminhos ao longo do livro: a aliança entre indígenas e não indígenas, a organização autônoma das comunidades indígenas, a

solidariedade, a mobilização para que instituições e órgãos de governo atuem de acordo com suas responsabilidades e a escuta, atenta e respeitosa, daqueles que vinham alertando para as consequências de se esquecer que vivemos todos na terra

### Referências bibliográficas

- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - APIB. 2021. Emergência Indígena. Disponível em: [https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados\\_covid19/](https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/). Acesso em: 29 out. 2021.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS DO BRASIL - ARPEN. 2021. Portal da transparência dos cartórios de registro civil do Brasil. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/especial-covid>. Acesso em: 29 out. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9677&t=destaques>. Acesso em: 29 out. 2021.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2021a. Boletim Epidemiológico da SESAI. Disponível em: <http://www.saudeindigena.net.br/coronavirus/mapaEp.php>. Acesso em: 29 out.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2021b. Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 29 out.
- RED DE INVESTIGACIONES SOBRE INDÍGENAS URBANOS - RISIU. 2020. Indígenas em contextos urbanos no Brasil e os impactos da pandemia da Covid-19. 2020. Disponível em: [https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/3448/1/CP7\\_20220.pdf](https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/3448/1/CP7_20220.pdf). Acesso em: 29 out. 2021.

### resenhistas

#### Guilherme Ramos Cardoso

Indigenista especializado na Coordenação Regional Maranhão da Fundação Nacional do Índio. Doutor em Antropologia Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (2019), onde também obteve o título de bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia. Mestre em Antropologia pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (2013).

#### Flavia de Freitas Berto

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (2013-2017), onde também obteve os títulos de bacharela e mestra em Letras.



**Contribuição de Autoria:** Ambos os autores são responsáveis pela leitura, síntese dos argumentos e pela escrita da resenha.

**Financiamento:** A produção da resenha não foi financiada com recursos públicos. O acesso à obra foi viabilizado a partir de recursos da Cadernos de Campo por meio do projeto Resenhas 2020-2021.

Recebido em 30/10/2021

Aceito para publicação em 08/12/2021